

ALTA FLORESTA (MATO GROSSO – BRASIL) RÁPIDA DESTRUIÇÃO, LENTA RECONSTRUÇÃO DO AMBIENTE

Mariana Wiecko Volkmer de Castilho¹

¹Professora do Programa de Ciências Agro-Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Alta Floresta – MT (Brasil). Cx. P. 324. CEP 78.580-000.

vcastilhobr@yahoo.com.br

O presente trabalho descreve como se deu a assimilação econômica do território da região norte do Estado de Mato Grosso (Brasil), onde hoje se localiza o município de Alta Floresta e o manejo dos recursos naturais. Esta assimilação deu-se através de formas diferentes ao longo da história brasileira, partindo de meados da década de 1960, quando a Amazônia tornou-se objeto de uma política de integração nacional, encabeçada pelos governos militares. Entre 1966 e 1985 o Estado toma para si a iniciativa de um ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto político para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacional.

No início dos anos 70 o *slogan* “integrar para não entregar”, escondia a verdadeira intenção do governo, segundo Oliveira (1992), de criar políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte entregar os recursos naturais do País. Ou seja, abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Nesse sentido, a integração da Amazônia assumiu prioridades, pois foi percebida como (1) solução para as tensões internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste, do Sul e do Sudeste, seja pela modernização da agricultura, seja pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; (2) possível local de ocorrência de focos revolucionários; (3) migração nos países vizinhos para as respectivas Amazônias e a construção da *carretera Bolivariana Marginal de la Selva* era temida pelos governos militares, pois significava possibilidade da Amazônia continental passar para a órbita do Caribe e do Pacífico, (4) transformação da Amazônia, pelo Instituto Hudson, num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos era outro ponto que não interessava ao projeto nacional (Becker, 2001).

Parafraseando Becker (2001), para dar sustentação ao projeto de ocupação da Amazônia, poderosas foram as estratégias utilizadas: (1) implantação de redes de

integração nacional, como as rodovias Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá – Santarém, Porto Velho – Manaus, além das redes de comunicação, urbana e hidroelétrica; (2) Subsídios ao fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, e indução dos fluxos migratórios, através de projetos de colonização oficial, inicialmente, e privado, posteriormente, resultando na expansão das empresas agropecuárias e de mineração, visando ao povoamento e à formação de um mercado de mão de obra local; (3) Superposição de territórios federais sobre os estaduais, representada pela criação da Amazônia Legal, superposta à região norte, além da determinação pelo governo Médici, que em uma faixa de 100km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública com a justificativa de sua distribuição para camponeses em projetos de Colonização.

Dentre as estratégias utilizadas pela ditadura militar a que mais se sobressaiu foram os empreendimentos estatais e privados, sendo os grandes elementos de transformação da Amazônia, que definiram os processos que perduram até hoje. Para desbravar e preparar a colonização do interior do País dos “espaços vazios” o governo valeu-se da Expedição Roncador Xingu que tinha como objetivo “conhecer e desbravar as áreas que aparecem em branco nos mapas” (Villas Boas e Villas Boas, 1994), na região que envolvia os rios Roncador e Xingu, (no atual Estado de Mato Grosso). Era chefiada pelos irmãos Villas Boas¹, que viam na criação do Parque Indígena do Xingu (PIX), por eles denominada, “Sociedade de nações”, a noroeste do Estado de Mato Grosso, uma forma de manter preservadas as mais diversas culturas indígenas do centro do País, o que não foi o que aconteceu.

O Parque abriga cerca de 6 mil índios falando 10 línguas diferentes como os Cuicuro, os Calapalo, os Nauquá, os Matipuí, os Meinaco, os Aueti, os Aurás, os Iaualapiti, os Kamaiurá, os Trumaís, os Txicão, os Suiá, os Juruna, os Kaiabi, os Metotire, os Mencragnontire e os Krenacarore. Muitas etnias tiveram seus traços culturais originais modificados, tendo que viver com povos muitas vezes inimigos. Para retratar como se deu a transferência de etnias para o PIX o depoimento de um índio Kaiabi, que, juntamente, com sua família resistiu bravamente no território tradicional, é esclarecedor:

¹ Os irmãos Villas Boas ficaram conhecidos como sertanistas, pois se meteram Brasil adentro, por matas e campos indevassados, ao encontro dos índios intocados pela sociedade envolvente.

Eles chegaram na aldeia e levaram uns presentes e o índio foi transferido para o Xingu, de avião. Aí, meu finado pai falô: eu não vô pra lá não, eu nasci aqui nessa região e é nessa região que eu vô ficá. Ali nós ficamos, eu era mulequinho ainda. Então, se escondemo, foi obrigado nós se escondê, no mato para num sê levado a força pra lá, porque eles levavam. Por que se tivesse que levá eles pegavam e botavam a força no avião. Assim foi levado para o Xingu [sic] (João Kaiabi, 2002).

Hoje, algumas dessas etnias, como os Kaiabi e os Krenacarore têm reivindicado voltar para seus territórios tradicionais, no norte do Estado de Mato Grosso.

Voltando a discussão para os empreendimentos agropecuários, de ordem privada, que se firmaram no Brasil em fins da década de 70, principalmente na região Centro-Oeste, falar-se-á do projeto de colonização particular de Alta Floresta. A colonização particular difere da oficial pelo fato de assumir uma forma de o Estado atrair o empreendimento privado, criando condições para expansão do capitalismo e a acumulação na fronteira, seja econômica ou política, mediante o controle efetivo sobre a terra (Miranda, 1991).

Em 1973 a Colonizadora Integração Desenvolvimento e Colonização (INDECO), presidida por Ariosto da Riva, adquiriu 400.000 ha de terras devolutas do Estado de Mato Grosso, vencendo uma concorrência pública para colonizar a região. A ocupação efetiva da área começou em 1976 com os primeiros colonos vindos do Sul do País, principalmente do Estado do Paraná, que detinham um saber acumulado sobre como lidar com a lavoura perene (café). Eram contagiados pela propaganda que falava da fertilidade da terra, seguindo a máxima “onde tudo cresce, tudo dá”. Toda organização territorial de colonização foi voltada para criar no espaço as condições de viabilização da ocupação, no intuito de servir de estradas, escolas e a base física de funcionamento da comunidade rural para fixar a família no campo.

A cultura sulista é diferente da do norte brasileiro, seja no modo de falar, nas vestimentas, nos hábitos alimentares e principalmente no modo de se relacionar com a natureza, de modo que a forma de ocupação desta parte da região amazônica afetou drasticamente os recursos naturais, pois na época não havia a preocupação com o meio ambiente. De acordo com os colonos, era necessário desbravar para atingir o “desenvolvimento” da região rapidamente. O padrão pioneiro de ocupação do espaço de Alta Floresta deu-se com a transformação das florestas em agro-ecossistemas limitados o

mais das vezes à simples derrubada da floresta e queima dos resíduos vegetais. Por causa disso, os colonos, há muito sentem a falta da flora e fauna silvestre que outrora existia na região, além da perda de nutrientes do solo provocado pela erosão, muitas vezes revertendo-se em voçorocamentos.

O município de Alta Floresta (Figura 01) dista 830 km ao norte da capital, Cuiabá, tendo como acesso as rodovias BR-163 e MT 208, entre as coordenadas 09°53'02"S e 56°14'38"WGr, tendo extensão territorial de 9.310,27 km². A cidade possui 47.000 habitantes (Wassermann, 2002), tendo como principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária, as atividades madeireiras (30% das receitas) e o comércio.

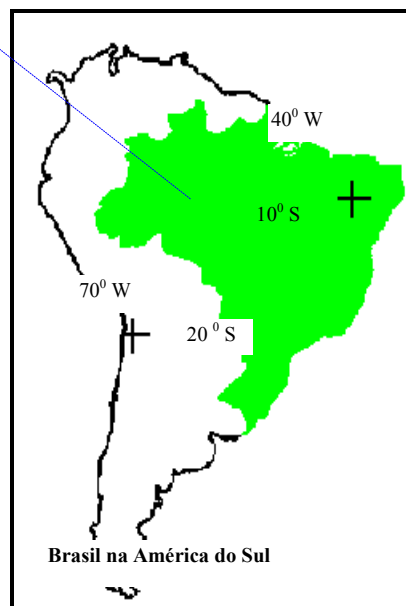
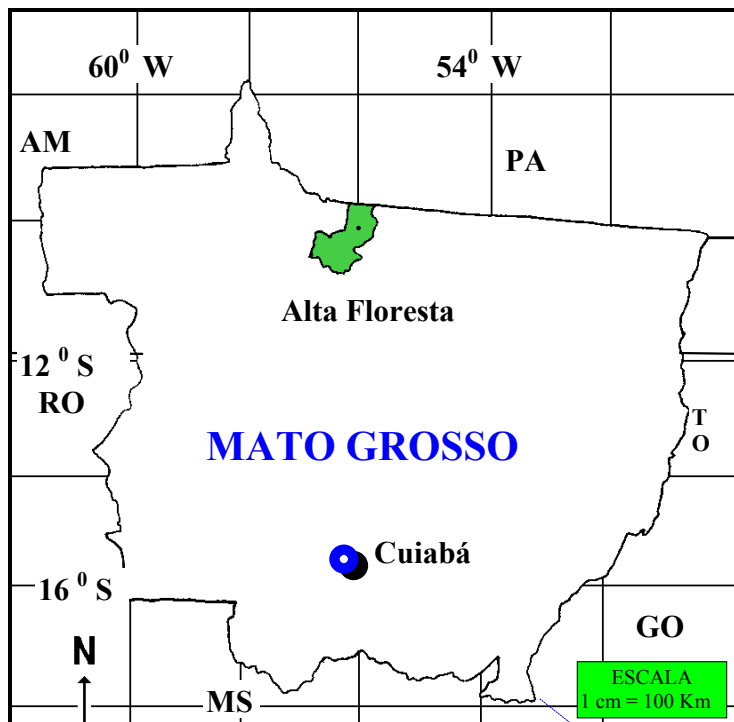
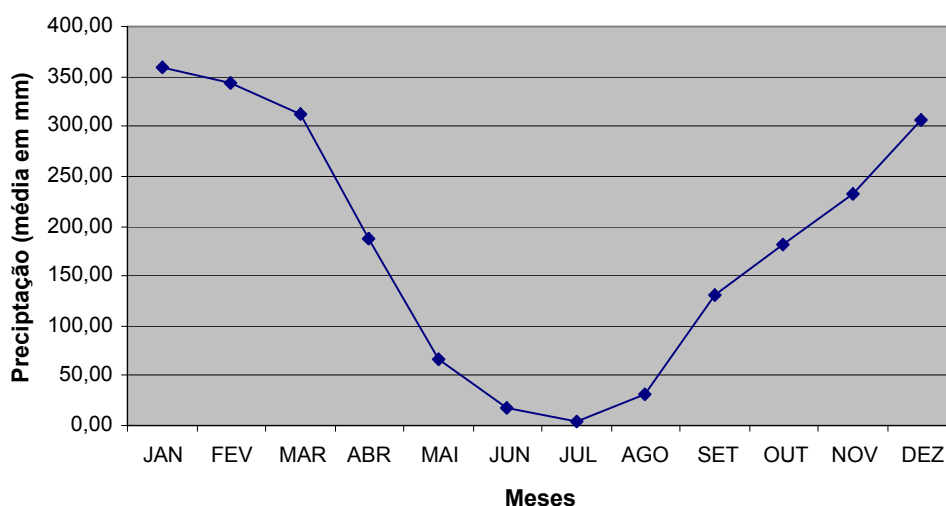


Figura 01. Localização Geográfica do Município de Alta Floresta

A região apresenta clima equatorial quente e úmido, e, portanto, é responsável por um elevado potencial de produtividade biológica primária. Todavia, a umidade e o calor também promovem a intensa lixiviação dos solos e o rápido desenvolvimento de insetos e fungos causadores de doenças e outros danos à flora. As temperaturas variam de 23°C a 26°C durante o ano, com máximas diárias de 34°C a 37°C. Não raramente, registram-se temperaturas próximas de 40°C.

A precipitação pluviométrica é abundante e, de acordo com a Secretaria de Agricultura do Município de Alta Floresta, a precipitação média entre os anos de 1976 e 1998, na Fazenda Mogno, foi de 2.187 mm. Dois períodos do ano podem ser distinguidos, entre eles o mais seco compreende os meses de maio a agosto. Os meses mais quentes vão de setembro a abril coincidindo com o período mais chuvoso (Figura 02).

DADOS PLUVIOMÉTRICOS DA REGIÃO



Fonte: CAIABI - Empresa Agroindustrial Ltda.

Figura 02. Índice Pluviométrico da Região do Ano de 1980 a 2001

Há ocorrência freqüente de névoa seca, principalmente entre os meses de agosto a outubro, provocada pela queima de pastagens e derrubada da vegetação natural. Tais ações têm sido coibidas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente e Organizações Não Governamentais (ONG's), devido aos danos causados ao meio ambiente.

A região de Alta Floresta era dominada por floresta ombrófila, caracterizada por

árvores com brotos de crescimento, sem nenhuma proteção contra a seca e a folhagem sempre verde, possuindo normalmente três estratos: um, de árvores altas e outro mais baixo, pouco definido, composto principalmente por regeneração de matrizes próximas, arbustos e ervas gigantes; e uma camada de ervas baixas e subarbustos (Ross, 2000, p. 145).

A floresta ombrófila aparece com dois tipos de vegetação: densa e aberta. Na primeira, a dominância arbórea é contínua e, na segunda, apesar das espécies serem as mesmas e conservarem seu porte alto, as suas copas são interrompidas por espaços cuja individualidade fisionômica é acentuada pela nitidez da fâcies que apresenta, com palmeiras e cipós.

Com a chegada dos colonos grande parte da madeira comercializável da área florestal foi retirada. Na época, 50% dos bosques das propriedades poderiam ser derrubados, mas ainda hoje constata-se que a lei não foi cumprida, pois a maioria das propriedades conta com menos de 20 % de sua mata nativa (Figura 03). Além disso, muitas áreas de relevo acidentado estão expostas ao intemperismo químico e físico, haja vista a falta de vegetação nas encostas.



Figura 03. Abertura da floresta para plantio de café
(final da década de 70)

No início dos anos 80, o projeto de colonização sofreu interferências da atividade garimpeira, com a descoberta de ouro numa região próxima de Alta Floresta, ocasionando a vinda de milhares de pessoas, principalmente do norte e nordeste do país, em busca de riqueza. Desestruturou-se o projeto da colonizadora. Nessa época houve muita desordem e atritos entre colonizadores e garimpeiros, contudo, um dos setores que mais se beneficiou da atividade garimpeira foi o comércio, crescendo e desenvolvendo suas atividades. A cidade que crescia 2% ao ano saltou para 12%. Chegou a ter 140 mil habitantes (Wasserman, 2002). A riqueza criada com o garimpo (50 toneladas de ouro/ano), entretanto foi aparente e fugaz, pois o solo está esgotado e erodido, os rios estão contaminados e em processo de assoreamento.

A atividade garimpeira agride o meio ambiente, bem como a saúde das pessoas que dela se beneficiam, através do mercúrio, reduzindo a qualidade de vida; contaminando as cadeias tróficas, em especial os peixes predadores. A lixiviação e a remoção das várias camadas do solo provocaram um profundo empobrecimento e perda da potencialidade agrícola. Após o esgotamento da atividade garimpeira, em alguns locais foram deixadas enormes crateras onde a recuperação para replantio de floresta ou para a agricultura é virtualmente impossível (Figura 04). Além do passivo ambiental que constitui o mercúrio no ambiente, a atividade garimpeira deixou marcas de destruição significativa, como destruição da cobertura vegetal e a desestruturação do solo com conseqüente eliminação da camada orgânica. Hoje na região ainda há atividade garimpeira e comércio com algum tipo de revenda de material de garimpo.



Figura 04. Atividade garimpeira (meados da década de 80)

Um dos fatores que contribuiu para a crise da atividade garimpeira, em princípios dos anos 90, foi a criação de instrumentos legais com relação ao meio ambiente, pelo governo federal. A partir deste momento a região voltou a atividade do início da colonização, a agricultura.

Na zona rural do município os agricultores diversificam as culturas, plantando café, milho, arroz, feijão, além de produtos da região como a pupunha, o guaraná. Infelizmente, hoje, em grande parte das propriedades agrícolas, de Alta Floresta e da região norte do Mato Grosso como um todo, a tendência é transformar a área de cultivo em pastagem. Entre vários comentários de proprietários, um deles é relevante para mostrar o que foi dito acima: *“os pequenos querem trabalhar como os grandes, transformar a lavoura em pasto e criar gado, a lavoura é só sofrimento. A gente trabalha duro e não consegue vender o produto”* (anônimo, com.pess., nov. 2002). Dentre as razões que justificam esta mudança estão incluídas: (i) a distância dos centros consumidores e (ii) o baixo preço dos produtos no mercado.

Com base nas atividades econômicas rurais (exploração madeireira e pecuária) é possível prever o futuro econômico de um município da Amazônia úmida, Alta Floresta, por exemplo. Se não houver controle das forças de mercado na região, o uso do solo será baseado na exploração madeireira predatória e pecuária extensiva (Figura 05).



Figura 05. Atividade madeireira (2002)

Nesse sentido, Schneider et al (2000) alertam que a economia dos municípios da Amazônia tenderá a seguir o ciclo “boom colapso” econômico, ou seja, nos primeiros anos de exploração dos recursos naturais ocorre um ilusório e rápido crescimento (*boom*), seguido de um severo declínio em renda, emprego e arrecadação de impostos, acompanhando a diminuição dos recursos naturais (colapso). Para evitar esse ciclo insustentável, os autores sugerem a adoção de medidas tais como: (i) adoção de uma taxa sobre a madeira de origem predatória, (ii) pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas florestas, (iii) ampliação das Florestas Nacionais e Estaduais de Produção e (iv) incentivos para o manejo em áreas privadas.

Ao contrário das décadas de 60 e 70, quando as ações de governo e o planejamento do espaço agrícola nacional se revestiram de caráter centralizador e autoritário, hoje, o desenvolvimento do país aponta para a democratização das decisões, legitimidade do poder executante e participação comunitária. Somente desta forma o meio ambiente a ser deixado às gerações futuras estará em condições próximas de quando foi herdado. A legislação ambiental, hoje, permite apenas o desmate de 20% da área. O anterior coloca um desafio bastante grande para os agricultores. Acredita-se que seja possível, porém será necessário um novo paradigma de produção que envolva não somente a agregação de valor dos produtos, mas também a verticalização da produção, mediante cadeias produtivas de forma competitiva. Isso pode ser possível desde que os agricultores se organizem de forma a solucionar as dificuldades presentes e futuras.

Há menos de 10 anos iniciativas vêm sendo praticadas no município de Alta Floresta e região, com o intuito de reverter o quadro de destruição dos recursos naturais e garantir a sustentabilidade dos mesmos. Entre elas estão:

- 1) A implantação de espécies como a Teca², o Pinho Cuiabano e a Itaúba em consorciamento com o café e em áreas de pastagem degradada. A Teca em consórcio com leguminosas pode trazer benefícios ao desenvolvimento da cultura, proporcionando proteção ao solo e fornecendo nutrientes, principalmente nitrogênio. O esgotamento dos recursos florestais em Alta Floresta e a ativa fiscalização contra a exploração madeireira predatória tem ocasionado a migração de serrarias para as áreas de fronteira localizadas no Sul do Estado do Pará.
- 2) A realização do Programa "Fogo: Emergência Crônica" - através da ONG Instituto Centro de Vida (ICV), da Entidade Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e da

² Teca – madeira de grande valor comercial, trazida do sudeste asiático, se adaptando bem às condições da região norte-mato-grossense.

Cooperação Italiana -, iniciado em outubro de 1999, tendo como objetivo integrar a ação emergencial à ação preventiva, a partir da constatação de que os efeitos do uso descontrolado do fogo sobre meio ambiente, economia e saúde se constituem em emergência em muitas regiões da Amazônia, embora com características crônicas. Em 2000, apresentou uma redução de 70 % no número de focos de incêndio. O programa tem forte caráter democrático: sua atuação se baseia em protocolos assinados voluntariamente pelos interessados (ICV, 2002).

- 3) A realização de um projeto - desenvolvido pela ONG Brasil Sustentável (BRASUS) -, cujo objetivo é promover o desenvolvimento de mercados sustentáveis de energia renovável com o intuito de reduzir a utilização de combustíveis fósseis a partir do fortalecimento das potencialidades locais/regionais.
- 4) A realização do Projeto VIGISUS, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), visando o mapeamento e monitoramento da contaminação por mercúrio na região norte mato-grossense objetivando a precisa determinação dos caminhos que este metal percorre antes de constituir um perigo ao homem. Este mesmo projeto também estuda a possibilidade de incluir a atividade piscícola como uma alternativa realmente viável para recuperação dos passivos mineiros. Segundo Wasserman (2002), a presença de mercúrio nestas regiões é uma questão preocupante, pode inviabilizar qualquer atividade econômica e, particularmente, a piscicultura, pelo risco de contaminação.
- 5) A criação do Programa de Ciências Agro-Ambientais com as habilitações em Agronomia, Engenharia Florestal e Biologia, através da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Alta Floresta, cuja proposta de ensino baseia-se em dois princípios: (i) descurricularização dos conteúdos e (ii) construção/desconstrução do conhecimento, objetivando formar um profissional capaz de contribuir de forma decisiva na busca de um desenvolvimento regional baseado na sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental.
- 6) A criação do Parque Estadual Cristalino com 184.900 ha, em 2001, representa um avanço na proteção da biodiversidade regional para as futuras gerações, possibilitando a atividade de ecoturismo na região como mais uma opção econômica.

Diante do que foi exposto algumas considerações podem ser feitas. Inicialmente, é preciso que se encare com realidade o problema da ocupação da Amazônia. Ela não é intocável, mas tem peculiaridades que precisam ser respeitadas. Tem riquezas que precisam ser exploradas racionalmente em benefício do país. Seus recursos naturais renováveis, se bem utilizados, estarão disponíveis às futuras gerações.

No caso da região norte do Estado de Mato Grosso, em menos de 30 anos, a floresta que abrigava flora e fauna silvestre, foi derrubada indiscriminadamente para dar lugar aos projetos agropecuários e agroindustriais, cujo objetivo era fixar o homem no campo. As populações tradicionais foram expulsas de seus territórios ou tiveram sua população reduzida. Além da atividade garimpeira, a transformação da floresta em áreas de pastagem para criação de gado e a intensa extração de madeira da região são desafios que, aos poucos, estão fazendo parte das preocupações da sociedade civil organizada da região.

Iniciativas têm sido implantadas para minimizar os impactos antrópicos sobre os recursos naturais, principalmente no que diz respeito ao manejo dos recursos naturais. Entre eles estão: implantação de sistemas agro-florestais; Projeto fogo: emergência crônica; projeto de energia renovável; mapeamento e monitoramento de áreas impactadas pelo garimpo; formação de recursos humanos em áreas de ciências agrárias e biológicas seguindo um modelo diferenciado de ensino; criação do Parque Estadual Cristalino para preservar a biodiversidade e oferecer uma nova opção econômica como a prática do ecoturismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÔNIMO. *Entrevista concedida a Mariana Wiecko Volkmer de Castilho e Suzel Ayres*. Assentamento Gleba São Pedro, 21 nov. de 2002.

BECKER, Bertha. *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* Disponível em: <http://www.mct.gov.br/cee/revista/parcerias12/09bertha.pdf> Acesso em: 10 jul. 2002.

BÔAS, Orlando Villas; Boas Cláudio Villas. *A Marcha para o Oeste: a epopéia da Expedição Roncador – Xingu*. São Paulo: Globo, 1994.

PROJETO FOGO EMERGÊNCIA CRÔNICA. Disponível em: http://www.icv.gov.br/fogo/guia/index.cfm?cat_id=443 Acesso em: 28 dez. 2002.

KAIABI, João. *Entrevista concedida ao GA Políticas de Ocupação*. Unemat, ago. 2002.

MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia. In: BECKER, Bertha et al. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: Edufrj, 1990. p. 47-62.

ROSS, Jurandir L. Sanches. *Geografia do Brasil*. 3 ed. São Paulo:Edusp, 2000.

SCHNEIDER, Robert R; ARIMA, Eugênio; Veríssimo, Adalberto; BARRETO, Paulo e SOUZA JÚNIOR, Carlos. *Amazônia Sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon, 2000.

WASSERMANN, Júlio César de Faria Alvin; CALIXTO, Reinaldo Campos. *Relatório do Sub-Projeto Estudos Experimentais em Pisciculturas e Áreas Passivos Ambientais no Norte do Mato Grosso*. Unemat, 2002.